

## O Maraca é de quem? Sobre Novas Tecnologias de Informação e Comunicação. E sobre Resistência.

*Leonardo Name*

Arquiteto, doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).  
Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Paraná, Brasil.  
Contato: leonardo.name@unila.edu.br

Em um de seus últimos trabalhos, Milton Santos (2008, p. 17-21) criticou certa produção discursiva que, no final do século XX, anunciava com euforia um mundo homogêneo, harmoniosamente amalgamado a uma cultura universal, onde haveria difusão irrestrita de informações e se consolidaria mercado livre e pleno de oportunidades para todos. O autor alertava, contudo, que se tratava de falaciosa apresentação da globalização, pela qual se destacariam seus supostos aspectos positivos ao mesmo tempo em que seus efeitos perversos seriam omitidos, particularmente aqueles que atuam sobre as cidades e grupos sociais minoritários. Hoje não faltam autores, incluindo arquitetos e urbanistas, a mostrar o quanto a organização dos fluxos financeiros em escala global e por meio de uma rede de cidades está direta ou indiretamente relacionada a processos de mercantilização e espetacularização de espaços urbanos, à segregação socioespacial e à gentrificação (Arantes et al., 2000; Arantes, 2008; Maricato, 2008).

As chamadas novas tecnologias de informação e comunicação (ou, simplesmente, NTIC) – *grosso modo*, a Internet pela qual se conectam computadores pessoais e outros equipamentos de

armazenamento de dados e uso pessoal (*laptops, tablets* etc.), a telefonia móvel e os serviços integrados de correio eletrônico (*e-mail* e SMS) – são fundamentais em todos esses processos, por auxiliarem não só a instituição e a operação da rede global de cidades em si, mas também o exercício de poder de grupos políticos e empresariais que por elas disseminam, como preceitos universais, suas próprias ideias de progresso, desenvolvimento, urbanidade, sustentabilidade e cultura. As NTIC, contudo, também estabelecem redes intra ou interurbanas solidárias, capazes de atuar em prol de interesses e ações comuns de diferentes pessoas (Rheingold, 2002; Haesbaert; Limonad, 2007; Santos, 2008) e de possibilitar sua manifestação contra ações do poder público ou privado que considerem afrontar seus desejos, vontades, pressupostos éticos ou visões de mundo.

Desde 2011, várias insurgências ocorridas em cidades como Túnis, Cairo, Nova Iorque, Madri, Santiago, Atenas e Londres – organizadas *on-line*, mas de ação *off-line* – vêm demonstrando essa capacidade de resistência política proporcionada a diversos grupos por essas tecnologias (Name, 2012). Em junho de 2013, vimos muitas manifestações ocorrerem nas ruas do Brasil,

particularmente nas capitais dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, que foram organizadas e divulgadas pela Internet e suas redes sociais. Porém seria leviano dizer que elas surgiram do nada ou foram as primeiras a ocorrerem nessas cidades. Foram consequência, na verdade, de mobilizações anteriores que encorajaram a ação direta e a manifestação de descontentamentos.

Mas o que o Estádio Jornalista Mário Filho, no Rio de Janeiro, mais conhecido por Estádio do Maracanã (ou “Maraca”, para os que se consideram dele mais íntimos) tem a ver com tudo isso? É o que veremos, a seguir, em breves pontos de discussão.

### Rio de Janeiro, uma Cidade Competitiva por Natureza (e com uma Arena Multiuso)

Na década de 1990, na esteira de processos econômica e politicamente complexos, de contextos bem distintos e anteriormente ocorridos em cidades como Baltimore, Londres, Barcelona e Bilbao, a capital fluminense passa a ser uma das principais cidades brasileiras a difundir a ideia de um planejamento empreendedor (Harvey, 1989; Hall, 1995, p. 407-428), apresentado como única possibilidade diante das imposições globais às cidades e aos poderes locais: competição entre os lugares e a necessidade cada vez mais urgente de promover o desenvolvimento financeiro e o fluxo de capitais a circular na rede estruturada por meio das NTIC. A partir de então, o foco do planejamento no Rio de Janeiro volta-se crescentemente à produção de imagens e imaginários novos sobre a cidade que, ao circularem livremente, emolduram certa paisagem propícia aos negócios, empreendimentos culturais e megaeventos globais – pelos quais projetos de desenho urbano, vistosos equipamentos e revitalização de áreas acusadas de degradadas dão

importância fundamental a arquitetos e urbanistas (Brandão, 2002); e, também, à produção de consenso, à custa de certo escamoteamento das intenções especulativas dessas intervenções e da negligência em relação a conflitos territoriais que elas produzem.

A culminação dessa condução do planejamento, não há dúvidas, se dá na escolha do Brasil como sede da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de 2014; e, mais especificamente, da cidade do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Por conta desses megaeventos esportivos internacionais, uma série de intervenções vem sendo realizada – cujo financiamento é municipal, estadual e federal e com a participação do setor privado –, particularmente nas áreas de infraestrutura, mobilidade, meio ambiente e habitação. Traduzindo-se territorialmente em novos projetos, empreendimentos, áreas de lazer e edificações que convertem dividendos a inúmeros setores econômicos, essas intervenções ao mesmo tempo têm ocasionado vultosa valorização do solo e consequente aumento do custo de vida e, para muitos, promovido graves problemas ambientais e violações de direitos humanos – por conta de negligência nos processos de controle ambiental, de arbitrárias remoções de populações e da ausência do diálogo entre poder público e sociedade, por exemplo (ANCPC, 2012).

Talvez nenhuma outra intervenção, contudo, tenha gerado tamanha repercussão quanto a do estádio do Maracanã. Para serem “globais” e competirem umas com as outras por fluxos financeiros, não basta às cidades ter um estádio de futebol: elas devem se equipar com “arenas multiuso”. Assim, de modo a cumprir especificações projetuais e prazos cada vez mais apertados relacionados aos megaeventos, foi

praticamente posto abaixo e refeito do zero o histórico estádio da Zona Norte do Rio de Janeiro – tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e onde, entre outros marcos do passado, viu-se o centésimo gol de Pelé e a seleção brasileira perder uma final de Copa do Mundo.

### Reação e Resistência

A obra no Maracanã realizou-se em meio a cobranças de prazos da Federação Internacional de Futebol (FIFA), queixas de operários que chegaram a entrar em greve e declarações desencontradas de autoridades públicas. O projeto diminuiu a capacidade de torcedores do estádio para que assentos numerados e retráteis fossem instalados, assim como quatro telões de 100m<sup>2</sup>, câmeras para ângulos televisionados inusitados e uma cobertura translúcida. São exigências da FIFA, do mesmo modo que as questionáveis vagas de estacionamento para carros particulares em uma área muito bem servida de transporte. Além disso, acusa-se mau uso do dinheiro público, descaracterização arquitetônica e elitização em favor de grupos empresariais.

No entanto é sobre o que ocorrerá nas áreas externas ao redor do estádio que questões muitíssimo delicadas se apresentaram. Inicialmente, de modo a tornar mais rentável a concessão da área à iniciativa privada, e para abrigar instalações culturais e comerciais, estava previsto tirar do mapa o Estádio de Atletismo Célio de Barros e o Parque Aquático Júlio Delamare, que hoje integram o Complexo Esportivo do Maracanã, o que gerou queixas de muitos atletas que diziam não ter alternativa de lugar para manterem, ainda que provisoriamente, seu ritmo de treinos. Mais contundentes foram os protestos direcionados à demolição da Escola

Municipal Friedenreich, considerada a quarta melhor da rede pública carioca, e da edificação do antigo Museu do Índio (que hoje funciona em Botafogo), que desde 2006 era ocupada por populações indígenas de diversas etnias que lhe deram o nome de “Aldeia Maracanã”. Inicialmente, Prefeitura e Governo do Estado alegaram que tais demolições eram exigências da FIFA, mas a entidade negou tal informação, e explicações posteriores não esclareceram muito bem as intenções por trás dessas propostas de demolição.

Mesmo aos usuários mais esporádicos de redes como o Facebook ou o Twitter ou totalmente desinteressados por futebol, não deve ter passado despercebida a forte reação que se seguiu. Tais redes foram inundadas por questionamentos veementes sobre o absurdo de uma escola pública de excelência ser demolida, sem uma alternativa clara de nova localização e manutenção de seu padrão de qualidade, para dar espaço a um empreendimento comercial – um shopping – e, pior ainda, com vistas a certa priorização do transporte individual. No caso da expulsão dos índios da edificação que ocupavam, Estado e iniciativa privada foram acusados de estar em uma parceria que iria promover deliberada gentrificação da área, inclusive com “limpeza étnica” disfarçada de revitalização urbana.

As NTIC, nesse exemplo da polêmica em torno do Maraca, tiveram a capacidade de coadunar diferentes atores e grupos sociais com problemas distintos, mas que gravitavam sobre um mesmo objeto-problema: pais, alunos e professores da Escola Friedenreich preocupados com sua demolição; amantes de futebol temerosos de ingressos altos e das possibilidades de se “domesticar” as práticas de torcidas; lideranças indígenas lutando pelo direito de permanecer num

edifício abandonado; arquitetos e urbanistas que viam nesse edifício um valor histórico-arquitetônico; acadêmicos e lideranças de movimentos sociais defensores do “direito à cidade”; vereadores e outras lideranças políticas descontentes com os rumos da administração pública atual... Petições *on-line* contra tais demolições foram realizadas e caixas de correio eletrônico de vereadores e administradores públicos foram inundadas de reclamações. Em apoio à escola, uma organização não governamental (o grupo Meu Rio, cada vez mais famoso nas instâncias *on-line*) chegou a montar uma estrutura informacional em que o usuário que se cadastrasse seria avisado, por SMS, se um ou mais tratores chegassem à área para iniciar sua demolição. Já os indígenas receberam apoio (*on-line* e *off-line*) de diversos movimentos sociais e estudantis, organizações nacionais e internacionais de proteção dos direitos humanos, universidades e representantes de partidos políticos.

O barulho foi imenso. Cabe dizer, porém, que os protestos não se restringiram a balbucios e muxoxos no Facebook e no Twitter ou a palavras de ordem no espaço de fluxos da Internet: a ação *on-line* foi complementada pela ida às ruas. Se no início de 2013 já era bem difícil ignorar tamanha indignação, a pressão política aumentou ainda mais no mês de junho, na esteira das manifestações contra o aumento de passagens do transporte público e em plena Copa das Confederações. Protestos nas proximidades do Maracanã foram organizados em dias de jogos, infelizmente tendo como resposta uma violência policial bastante contundente – tudo sendo registrado em fotos e vídeos conseguidos no uso de celulares e câmeras digitais dos próprios manifestantes, logo profusamente compartilhados nas redes sociais.

Observando-se esse histórico, pode-se afirmar, então, que as novas tecnologias foram um meio para se coadunar forças para que pessoas de pensamento semelhante pudessem dialogar, organizando formas de resistência que incluíram protestos nas ruas.

### Comentário Final

Os protestos e a resistência nas redes e nas ruas em relação às decisões e projetos voltados para o Maraca foram muito barulho por nada? No momento, o jogo de forças entre aqueles que querem um Maracanã mais popular e outros que o encaram como um elemento a consagrar a concepção de cidade empresa parece estar empatado. Se, por um lado, diante de tantos protestos e do apoio de diversas entidades às causas da escola pública, dos atletas brasileiros e da valorização do patrimônio histórico-arquitetônico, o governo estadual se viu obrigado a recuar da decisão de demolir a Escola Friedenreich, os complexos de atletismo e esportes aquáticos e o edifício do antigo Museu do Índio – decisão anunciada, aliás, no Twitter do governador –, por outro lado, a preservação desse último não se deu condicionada à manutenção da Aldeia Maracanã ou à instalação de um centro de referência da cultura indígena, como exigiu a sociedade civil, mas sim ao abrigo de um Museu Olímpico.

Ainda em 22 de março de 2013 assistimos ao espetáculo de truculência da anunciada desocupação do imóvel, efetivada com o apoio do Batalhão de Choque da Polícia Militar. Em meio a bombas de efeito moral, uso de *sprays* de pimenta contra indígenas, manifestantes e até mesmo um defensor público, e a prisão de diversas pessoas, parte dos indígenas foi transferida para abrigos provisórios – contêineres – junto ao Hospital Curupati, em Jacarepaguá, onde no

passado funcionou uma colônia de isolamento forçado de “leprosos”. Difícil não compreender a escolha desse local como um indicativo simbólico do que o Estado e, muito provavelmente, a maioria dos cidadãos brasileiros pensam sobre alguns quererem continuar índios em pleno século XXI e sobre o que fazer com essa gente de tamanha audácia. Como melancolicamente atestou Fernanda Sánchez (2013), professora da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, essa violenta ação em nome dos megaeventos esportivos e de empreendimentos privados ignorou o fato de que a essência da preservação de um edifício “está na preservação das relações sociais, usos e apropriações que lhe dão sentido e conteúdo”. Ademais, perdeu-se a oportunidade de reconhecer o uso social da Aldeia Maracanã e assegurar uma pactuação democrática em torno de sua reabilitação, o que seria um exemplo para o Brasil e para o mundo – um legado político-simbólico que provavelmente seria lembrado por muitos e muitos anos. Mesmo com os protestos de junho, o cenário não mudou para os indígenas.

Apesar disso, é importante que valorizemos tais processos de resistência *em si*. Num país em que tanto o Estado quanto as empresas juram valorizar processos participativos nas suas tomadas de decisão, sem que vejamos, contudo, conduções realmente democráticas que assegurem que a diversidade de cidadãos possa *efetivamente* decidir sobre seus horizontes futuros, a resistência de tantos grupos em torno da ideia de um Maracanã que seja de todos, com o valoroso auxílio das NTIC, torna-se um marco. Com a difusão de queixas, denúncias e protestos, ao menos se evidencia que o Maraca é um bem público, em seu sentido mais amplo; que o imaginário despertado em torno dos megaeventos não é suficiente para se abafar o descontentamento de alguns em relação a

violentas intervenções. Nesse sentido, os protestos são importantes por revelar, mesmo que em meio a perdas irreparáveis, que intervenções em um equipamento de conteúdo tão simbólico na história da cidade e do país do futebol e com usos sociais de diversas naturezas trazem questões que ultrapassam o pragmatismo de planilhas de orçamento, do lucro de vendas de ingresso ou da projeção internacional de uma competição internacional. E que as promessas da globalização a respeito de cidades-empresa e do empreendedorismo como horizonte inexorável das cidades têm, na verdade, gerado desequilíbrios econômicos e sociais agudos entre grupos distintos e mediante ações e intervenções urbanísticas com poucos beneficiários.

Não é pouca coisa. E como se diz no futebol, enquanto a bola rolar, o placar do jogo pode mudar.

---

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE COMITÊS POPULARES DA COPA (ANPCP). *Megaeventos e violações dos direitos humanos no Brasil*. [S.l.], 2012.

ARANTES, P. F. O grau zero da arquitetura na era financeira. *Novos estudos CEBRAP*, n. 80, p. 175-195, 2008.

ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRANDÃO, Z. O papel do desenho urbano no planejamento estratégico: a nova postura do arquiteto no plano urbano contemporâneo. *Arquitextos*, v. 25, n. 4, 2002. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.025/773>>. Acesso em: 1 fev. 2013.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. *Etc...*, v. 2, n. 4, p. 39-52, 2007.

HALL, P. *Cidades do amanhã*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

HARVEY, D. From managerialism to entrepreneurialism: The transformation in urban governance in late capitalism. *Geografiska Annaler*, Series B, v. 71, n. 1, p. 3-17, 1989.

NAME, L. Das redes às ruas: novas tecnologias de informação e comunicação, mobilização social e manifestações políticas no espaço público. In: RHEINGANTZ, P. A.; PEDRO, R. (Org.). *Qualidade do lugar e cultura contemporânea*. Rio de Janeiro: FAU/PROARQ, 2012, p. 199-214.

MARICATO, E. Globalização e política urbana na periferia do capitalismo. *Territórios*, n. 18-19, p. 183-205, 2008.

RHEINGOLD, H. *Smart mobs*. New York: Basic Books, 2002.

SÁNCHEZ, F. Aldeia Maracanã – é assim que se faz uma Copa. *Brasil de Fato*, 22 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/12419>>. Acesso em: 3 abr. 2013.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2008.